

## ESCOLAS AMERICANAS DE CONFISSÃO PROTESTANTE NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Maria Lúcia S. H. Barbanti  
(Unesp – Araraquara)

Este artigo estuda a questão do aparecimento e êxito, na Província de São Paulo, de escolas americanas de confissão protestante, integradas ao restrito número dos estabelecimentos que então ministravam um ensino “renovado”.

A situação do ensino público paulista na segunda metade do século XIX evidenciava, apesar das inúmeras tentativas de reforma empreendidas, a permanência dos vícios tradicionais do período colonial: ensino avulso, incompleto, não seriado, não formativo, evasão de professores e alunos. Iniciativas enriquecedoras de ampliação da função social da escola e de renovação de suas características didático-pedagógicas virão do setor privado, que oferecerá, para alunos de ambos os sexos, cursos seriados, regulares e simultâneos de nível elementar e secundário, estruturados para atender às exigências de melhor formação em termos pessoais e profissionais. Dentre essas escolas, as americanas de confissão protestante serão apontadas desde seu aparecimento, nos inícios da década de 1870, como símbolo dessa mentalidade renovadora. As condições da época lhes pareciam bastante adversas, pelo fato do catolicismo, religião oficial do império, experimentar um movimento local de contra-reforma, sob a ação pastoral do bispo paulopolitano D. Antonio Joaquim de Melo, e pela inspiração européia do sistema de ensino. Contudo, contrariamente, ao que sucedeu com outros estabelecimentos que também ousaram oferecer um ensino de melhor qualidade e logo cerraram suas portas, as escolas americanas de fé protestante floresceram ao longo dos anos, sem interrupção de suas atividades. Que razões facilitaram a atuação pedagógica protestante em São Paulo?

A liberdade de ensino instituída na Província de São Paulo, de fato e de direito, pela lei nº54, de 15 de abril de 1868, parece ter sido um dos fatores que garantiram a atuação inovadora das escolas confessionais mantidas por entidades americanas de fé protestante. A instalação desses colégios satisfazia às tradições liberais mais caras à Província de São Paulo: irrestrito apoio à iniciativa privada, defesa do ensino livre, defesa da tolerância religiosa. Por outro lado, nos meados do século XIX, não havia em São Paulo ensino confessional católico e mais, a educação religiosa e moral, exigida nas escolas públicas e particulares pela legislação, era

habitualmente descuidada, provavelmente devido à tradição de anti-clericalismo e regalismo da Província. A reação da igreja católica local a essa situação, desencadeada por D. Antonio de Melo com a fundação do Colégio Patrocínio, de Itu, e do Seminário Episcopal, de São Paulo, veio a se constituir pelo seu caráter tridentino e ultramontano, numa provocação à mentalidade liberal, estimulando indiretamente a aceitação de protestantes e suas escolas.

A presença regular de protestantes americanos na Província de São Paulo data da década de 60. Têm suas raízes na vinda de sulistas, nos anos da Guerra de Secessão, e na ação missionária das denominações protestantes americanas na América Latina.

O protestantismo não era desconhecido no Brasil. A presença de colonos alemães e suíços foi responsável pela organização, entre 1824 e 1874, de cerca de 40 igrejas evangélicas que, no entanto, não se empenharam em atividades missionárias. Foram as igrejas norte-americanas que se interessaram em propagar seu culto no Brasil. Na década de 30, os metodistas enviaram para cá pastores e colportores com a dupla intenção de assistir americanos e ingleses aqui radicados e investigar as possibilidades de abrir frentes de trabalho evangélico. Na década de 60, a Igreja Presbiteriana retomou a iniciativa missionária. Os pastores Blackford, Simonton, Schneider, Chamberlain, Morton e Lane atuam na Corte e na Província de São Paulo, fundando igrejas e abrindo pequenas escolas. Em 1855 não havia protestantismo fora das colônias; em 1869, a denominação presbiteriana contava com 6 igrejas e 279 membros. A presença desses protestantes foi, sem dúvida, facilitada pelas transformações ocorridas no setor jurídico, regulando questões de casamento, sepultamento, liberdade de culto e de consciência entre os acatólicos. A aprovação dessas medidas, à partir da década de 60, refletia não só a necessidade de assegurar a vinda de trabalhadores livres, disponíveis em países protestantes, mas também a tolerância e o liberalismo dos líderes provinciais.

A existência desses dispositivos legais e dos núcleos presbiterianos do Rio e de São Paulo provavelmente chamou a atenção dos americanos, principalmente sulistas, que queriam emigrar dos Estados Unidos, nos tormentosos anos da década de 60. Havendo igrejas, haveria também escolas, o que era um estímulo adicional à vinda para o Brasil, uma vez que, no protestantismo, estão estreitamente associadas a formação religiosa e a escolar. Além da possibilidade de disporem de seus próprios serviços religiosos e pedagógicos, os imigrantes americanos deparavam com atrativos de ordem sócio-econômica, oferecidos sobretudo pela Província de São Paulo: terra abundante, clima ameno, semelhança de paisagens com a terra natal, produtos familiares, escravos, e principalmente, grande interesse pela cultura do algodão, em que eram especializados.

Autoridades políticas e intelectuais brasileiras de linha liberal, como Tavares Bastos, manifestaram grande interesse pela vinda de norte-americanos, pois, eram vistos como possuidores de práticas sociais progressistas. Em 1866, Quintino Bocaiúva chefiava, em Nova York, um escritório para recrutar imigrantes. Nesse mesmo ano, o Presidente da Província de São Paulo, em seu Relatório à Assembléia Provincial declarava esperar que da Guerra Civil Americana resultasse corrente de emigração para São Paulo, pois, já havia recebido três comissões, vindas para avaliar as terras e demais condições. A maior parte dos que emigraram estabeleceram-se depois de uma tentativa malograda no litoral, em Santa Barbara, na zona de Campinas, região que oferecia terras próprias para o plantio de algodão e fácil escoamento do produto, por ser cortada pelos trilhos da estrada de ferro.

Os missionários logo começaram a atuar entre os compatriotas mas, ficaram desanimados com o desinteresse pelas obras religiosas. Os imigrantes não deram um único pastor para as igrejas reformadas no Brasil. Em compensação, enviaram seus filhos como alunos, ou foram professores, das escolas que as missões fundaram. No decorrer dos anos de ação catequética, o apoio que os sulistas proporcionaram aos pastores, e vice-versa, passou a ser exercido mediante as atividades pedagógicas. Para ambos os grupos, a fundação de escolas representava uma resposta às suas necessidades.

No caso dos imigrantes, as escolas fundadas pelas missões protestantes vinham satisfazer às suas exigências de educação escolar em instituições privadas. Os sulistas não aceitavam bem o princípio da educação pública, defendido no Oeste e Norte dos Estados Unidos. Nos primeiros tempos, os próprios pais se encarregaram de ensinar aos filhos, cuidando para que não abandonassem os hábitos da leitura e escrita. Quando se fixaram, construíram em suas propriedades salas especiais, nos moldes das "Little Red School Houses" sulistas, e contrataram professores americanos para lecionarem às suas crianças. A liberdade de ensino existente na Província, possibilitou-lhes o ensino das primeiras letras em inglês, segundo os métodos tradicionais da mãe-pátria. Quando terminavam a escola elementar, meninos e meninas eram enviados para completar os estudos secundários nos colégios dos missionários: o Internacional, de Campinas, a Escola Americana, de São Paulo, o Piracicabano, de Piracicaba, entre outros. A educação escolar representava também um dos mais importantes meios de subsistência para os membros adultos da colônia, principalmente das moças, que desenvolviam ainda atividades paralelas ao magistério elementar e secundário, o preceptorado, e a manutenção de pensionatos.

Podemos dizer pois, que as tradições culturais e pedagógicas dos sulistas emigrados concorreram para o aparecimento e êxito dos

colégios protestantes na província de São Paulo. Mas, outro motivo deve ser apontado: aquele que se refere às razões pelas quais os missionários americanos se ligaram aos colégios. Mais pragmático que teológico, o protestantismo americano apoiava a forma indireta de evangelização, que se utiliza de instituições para-eclesiásticas como os colégios, tanto quanto a forma direta, que resulta da difusão da palavra evangélica. Os batistas mostraram-se interessados apenas na evangelização direta, vindo a estabelecer seu primeiro colégio em São Paulo somente nos inícios do século XX. Mas, presbiterianos e metodistas acreditavam que uma pessoa seria levada a adotar o protestantismo se ficasse convencida da superioridade da vida cultural e social americana, da civilização que dele resultara, tal como era transmitida pela "atmosfera" dos colégios. A difusão da instrução tornava-se assim, para eles, um alvo tão importante quanto a propagação da mensagem evangélica. A Igreja Metodista do Sul manteve pelo seu Woman's Board of Mission, o Piracicabano, mas desenvolveu largamente também a forma direta de ação catequética mediante um ativo serviço de distribuição de Bíblias e folhetos, de pregações públicas e propaganda pelos jornais. A Igreja Presbiteriana do Sul manteve o Internacional e outros colégios como eficientes auxiliares na difusão do evangelho, mas, foi sobretudo a Igreja Presbiteriana do Norte que sempre se apresentou como um tradicional reduto da modalidade de evangelização indireta, promovendo uma política educacional de manutenção de grandes colégios e de apoio às iniciativas renovadoras do poder público. Essa posição foi bem representada pela atuação de Horace M. Lane que, enquanto diretor da Escola Americana e do Mackenzie College se mostrou bastante sensível aos problemas pedagógicos ( talvez mais que aos religiosos ) desses colégios, oferecendo também constante colaboração à escola pública paulista por ocasião das reformas republicanas da década de 1890.

O suporte para a obra educativa foi dado amplamente pelas igrejas-mães americanas, sob a forma de doações avulsas e quantias fixas, enviadas regularmente pelas sociedades missionárias. Os colégios protestantes tinham outras fontes de rendas, como o pagamento pelo ensino ministrado, venda de livros religiosos, lições e música, etc. mas, quase sempre era o dinheiro enviado dos Estados Unidos que fazia a receita exceder às despesas.

O êxito social e pedagógico dessas escolas foi indiscutível. Há inequívocas evidências de que elas, em São Paulo, receberam proteção e apoio dos setores progressistas, que não apenas lhes garantiram clientela, como acolheram suas práticas pedagógicas a ponto de tomá-las como modelos das reformas efetuadas na rede oficial de ensino à partir de 1890.

Uma das razões dessa atitude envolve a consideração de que a aceitação ou rejeição do protestantismo se fazia na medida em que ele era visto como versão religiosa dos ideais liberais e democráticos modernos de

que tanto se orgulhavam as lideranças paulistas da época. O protestantismo era visto como uma religião ativa, enérgica, amiga da propaganda e do trabalho. Na Província de São Paulo, representantes das novas correntes de pensamento — liberais, republicanos, positivistas, cientificistas — vão aproximar-se das igrejas reformadas propagadas pelos pastores americanos e aliar-se a elas na defesa dos princípios da democracia, do individualismo, da igualdade de direitos, de liberdade de consciência e de crença, que acreditavam veicular, bem como fazer frente comum contra o regime monárquico e sua religião oficial. Além da pronta acolhida que lhes dispensaram liberais e republicanos, os protestantes tiveram o apoio dos anti-cleriais e dos maçons. Até o final do século verifica-se, nos meios evangélicos, grande entusiasmo pela causa maçônica. De sua parte, os positivistas, embora combatidos doutrinariamente pelos protestantes, não se recusaram a participar de suas iniciativas educacionais.

Por outro lado, as vanguardas paulistas acreditavam no tipo de ensino que as escolas americanas de fé protestante ministravam, porque eram organizadas segundo o sistema americano, que funcionava como polo de atração, tanto pelos seus aspectos propriamente pedagógicos como pelo seu caráter democrático. Eram vistas como escolas que, pela sua diretriz de ensino prático, científico e comum para todos, ofereciam a possibilidade de formar as novas gerações na prática das qualidades políticas e intelectuais necessárias para se colocar o país à altura do século, enfrentando as graves questões da democracia, liberalismo, cientificismo, laicização da vida pública, formação da mulher, educação popular e outras. Esses estabelecimentos representavam a emergência de um novo cenário para a manifestação dos ideários progressistas, acenando com a esperança de renovação das mentalidades e das práticas sociais e políticas por intermédio das práticas educacionais.

A fundação do Internacional, da Escola Americana e do Piracicabano obedecem aos mesmos padrões. Frentes missionárias com uma igreja e uma escola foram abertas em localidades que eram progressistas, da zona do café, próximas de Santa Bárbara, e centros políticos e sociais de antigos liberais e republicanos. Seus “homens-fortes”, respectivamente Morton, Horace Lance e Madeimoselle Rennotte, tinham um largo círculo de relações que abrangia, além dos compatriotas imigrados, os pastores das demais igrejas reformadas, políticos como os do grupo republicano de Campinas e Piracicaba, e os redatores do **A Província de São Paulo**, órgão que lhes divulgou as idéias, enfim, gente como eles, liberal, republicana, maçom e anti-clerical e crentes no poder da educação científica como instrumento de reforma da sociedade. Foram representantes desses setores progressistas que, pessoalmente, matriculando suas próprias crianças nesses colégios, como Prudente e Manoel de Moraes

Barros, ou neles lecionando, como Rangel Pestana, ou por meio de sua ação na imprensa e no parlamento, demonstraram sua simpatia e seu apoio aos princípios religiosos, políticos e pedagógicos dessas escolas.

Do ponto de vista pedagógico, foram os procedimentos metodológicos, os novos objetivos e as transformações curriculares, além da aparelhagem moderna, que permitiram aos colégios americanos de confissão protestante oferecer um ensino atualizado e eficiente, bem ao encontro das reivindicações das elites provinciais. Funcionavam geralmente em prédios próprios, adquiridos com a ajuda financeira das igrejas-mães, e aparelhados com luz elétrica, campainhas, quadros-negros, mapas, microscópios, e outros materiais não usuais nas escolas brasileiras. O corpo docente era especializado, com a presença de "School Mams", professoras missionárias diplomadas nos Estados Unidos. A preocupação com o ensino das ciências exatas e naturais e suas aplicações práticas é um dos elementos que caracterizam esses colégios como renovados. Madeimoselle Renotte, professora de ciências no Piracicabano, ensinava botânica, zoologia e mineralogia com o auxílio de uma coleção de espécimes que organizara no colégio. Currículos seriados e diversificados, com inclusão de matérias científicas ou profissionalizantes, ministradas em lições curtas e graduadas, aulas simultâneas de matérias diferentes, orientação prática e progressiva dos estudos, emprego do método intuitivo, entendido como observação dos objetos reais nas "lições de coisas", são outros dos principais aspectos do ensino oferecido pelo Internacional, pelo Piracicabano e pela Escola Americana. Algumas das práticas pedagógicas foram diretamente adaptadas do regime escolar norte-americano: co-educação para ambos os sexos, folga semanal aos sábados, ao invés da tradicional quinta-feira, férias longas no verão, e um período mais curto nos meses de inverno, estudo silencioso e individual das matérias, em substituição às lições "cantadas" em coro pelos alunos, deveres de casa, e verificações periódicas da aprendizagem.

Examinando, pois, a questão do aparecimento e êxito das escolas americanas de fé protestante na Província de São Paulo do ponto de vista do significado da presença dessas escolas para a sociedade da época, verificamos que, tanto a aceitação da propaganda protestante quanto a adoção do padrão norte-americano de ensino se revestiram de inegável caráter político. Esse fato implica a aproximação de americanos protestantes e representantes das elites político-culturais progressistas, em busca de apoio mútuo para suas iniciativas. Os líderes que proclamavam lutar pela elevação do país ao nível do século, contra todas as formas de obscurantismo, isto é, pela república e pela ciência, foram os mesmos que, na condição de simpatizantes, adeptos, colaboradores, professores ou alunos se relacionaram com colégios americanos de confissão protestante, que vinham atuando nessa linha, na Província, de São Paulo, desde os

inícios da década de 1870. Nesse quadro, permanecem indissociáveis, — e por fortes razões —, a atuação política e a pedagógica de figuras como Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Caetano de Campos, Morton, Horace Lane, Maria Guilhermina L. de Andrade, miss Márcia Browne, miss Martha Watts, Eduardo Carlos Pereira, Gabriel Prestes, Antonio Trajano e Chamberlain, entre outros.\*

---

\*Para as referências, consultar a tese de mestrado: "Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: Um Estudo de suas Origens" ( São Paulo: EUSP, 1977 ) da qual este artigo é uma versão resumida.